



Câmara Municipal de Porto Alegre

MINUTA DE PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO

Institui o Programa Municipal de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), visando garantir o atendimento odontológico especializado para a reconstrução dentária de mulheres que tenham sofrido agressões que comprometam a saúde bucal.

Art. 1º. Fica instituído no município de Porto Alegre o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, que visa a prestação de serviços odontológicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para a reconstrução e reparação dentária das mulheres vítimas de agressões que tenham causado danos à sua saúde bucal.

Parágrafo único: O programa tem como objetivo assegurar o tratamento odontológico necessário, incluindo procedimentos de reconstrução, próteses, tratamentos estéticos, ortodônticos, e outros serviços que se fizerem necessários para a plena recuperação bucal das vítimas.

Art. 2º O atendimento odontológico previsto nesta Lei será garantido, prioritariamente, em Unidades Básicas de Saúde (UBSs), UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), PAs (Pronto Atendimento) e UPHs (Unidades Pré-Hospitalares), Policlínica Municipal e hospitais públicos ou conveniados ao SUS.

Parágrafo único. A critério do Poder Executivo Municipal poderão ser celebrados convênios e parcerias com entidades sem fins lucrativos ou parcerias com a iniciativa privada para a execução do programa, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º: Para o acesso ao programa, a mulher deverá apresentar documentos que comprovem a situação de violência, tais como boletim de ocorrência, medidas protetivas, ou laudos médicos que atestem o dano sofrido.

Art. 4º: O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei para definir os critérios de acesso, detalhar os procedimentos de atendimento odontológico e estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa, sempre que necessário, para aprimorar a prestação de serviços odontológicos.

Art. 5º: As despesas com a execução desta lei ficam condicionadas às disponibilidades orçamentárias próprias com a possibilidade suplementação ou realocação na implantação da política pública, a critério do Poder Executivo.

Art. 6º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Exposição de Motivos

O presente projeto visa oferecer, na cidade de Porto Alegre assistência odontológica integral às mulheres que sofrem violência doméstica e têm sua saúde bucal comprometida por conta dessas agressões. Além dos danos físicos e psicológicos, muitas mulheres enfrentam dificuldades financeiras para arcar com os tratamentos dentários, e a recuperação de sua saúde bucal é fundamental para a autoestima, qualidade de vida e reintegração social.

A violência doméstica é um problema grave e multidimensional que afeta milhões de mulheres no Brasil, deixando marcas físicas e emocionais profundas. Muitas dessas agressões resultam em danos permanentes à saúde bucal, como fraturas, perda de dentes, ferimentos nas gengivas, entre outros. A falta de acesso ao tratamento adequado gera consequências que vão além da estética, afetando a saúde física e psicológica das vítimas, bem como comprometendo sua reintegração social e profissional.

A reparação dentária, nesses casos, é muito mais do que uma questão de aparência: é uma ação essencial para devolver dignidade, confiança e qualidade de vida a essas mulheres. Estudos demonstram que a saúde bucal está intimamente ligada ao bem-estar geral e à autoestima, ambos fatores fundamentais para que as vítimas de violência possam superar o trauma e reconstruir suas vidas.

Este projeto de lei visa garantir que as mulheres que sofreram violência doméstica recebam o atendimento odontológico necessário pelo SUS, incluindo reconstrução dentária, próteses e outros tratamentos essenciais. A criação de um programa municipal específico para esse público busca ampliar o alcance das políticas de proteção e assistência às vítimas de violência, reforçando o compromisso do Estado com a recuperação física e emocional dessas mulheres.

Além disso, a inclusão de atendimentos odontológicos especializados no SUS, no âmbito do Município de Porto Alegre, fortalece as redes de apoio e dá um passo importante para que o sistema de saúde acolha essas mulheres de forma integral, levando em conta todas as necessidades decorrentes dos traumas vividos. Além da previsão de tratamento direto pelo SUS, o projeto também prevê a possibilidade de realização de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada, abrindo um leque de possibilidades para acolhimento dessa parcela da população afetada pelo problema social.

Este projeto é um avanço nas políticas públicas de proteção e acolhimento e contribui significativamente para a

luta contra a violência doméstica, promovendo justiça, inclusão social e equidade no acesso à saúde.

Conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto.

Sala de Sessões, 29 de abril de 2025.

Gilvani, o Gringo – VEREADOR

A Fiscalização não Para



Documento assinado eletronicamente por **Gilvani Dalloglio, Vereador (a)**, em 29/04/2025, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0894868** e o código CRC **72632962**.

Referência: Processo nº 370.00149/2025-38

SEI nº 0894868